

PARECER

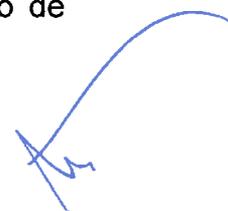
Processo No.: 01450.012500/2007-33

Assunto: Solicitação de Registro das Manifestações artístico-culturais da Feira de Campina Grande PB como Patrimônio Imaterial do Brasil.

RELATÓRIO

A abertura do presente processo se deu a 17 de setembro de 2007 sendo proponente a Prefeitura Municipal de Campina Grande, posteriormente acrescida da Secretaria de Cultura e apoiada por mais de 2000 manifestações de feirantes membros da associação que os congrega. O Parecer competente e sintético da Coordenadora de Registro do DPI, Dra. Marina Lacerda (fls 687 a 693), além de fornecer quadro sucinto de informações básicas sobre a Feira, relações com a cidade e razões para aceitar a solicitação de registro, dá conta da tramitação do processo, que teve um momento de interrupção pela interveniência de um projeto de "requalificação" da Feira, que desfigurava muitos de seus atributos essenciais e desrespeitava os interesses legítimos dos feirantes e de frequentadores habituais. A crise provocou a interrupção dos contatos e a organização de uma "oficina de projeto participativo" com o tema "Qual sua ideia para a Feira de Campina Grande?", coordenada pelo Arquiteto Marcus Vinicius Dantas de Queiroz. Em 2013 foi então possível reativar o prosseguimento da instrução, mantendo sempre entendimento com a comunidade local.

Outra informação digna de menção foi a decisão da Câmara do Patrimônio Imaterial, em 2008, de adequadamente alterar a formulação original do objeto do registro – "Manifestações artístico-culturais" -- incorporando à Feira como um todo complexo tais "manifestações", assim integradas num *lugar*, espaço de convergência.



Foram anexados ao processo documentos audiovisuais (cds, dvds, fotografias), listagem de publicações, comprovação de anuência dos interessados e resguardo de direitos autorais, Dossiê de Registro, em suma, tudo aquilo que era necessário para o conhecimento e para a comprovação de execução dos atos normativos: um referencial amplamente suficiente também para uma avaliação do pedido de registro no seu mérito. A listagem da documentação apresentada encontra-se a fl. 687 do Parecer da Coordenadora de Registro. Anote-se, enfim, o Parecer da Procuradoria Federal junto ao Iphan, considerando presentes as condições de admissibilidade formal do registro (fls. 697 a 704).

Peça fundamental na instrução do processo é o citado Dossiê de Registro da Feira de Campina Grande, calcado no INRC da Feira de Campina Grande e na pesquisa de campo, bibliográfica e arquivística coordenada pela historiadora. Dra. Giovanna de Aquino Fonseca Araújo e um grupo numeroso de pesquisadores e estagiários universitários. Também foram incorporadas contribuições trazidas pela Oficina de Projeto Participativo. O satisfatório texto resultante dá conta do bom trabalho histórico e etnográfico realizado com experiência e confiabilidade pela historiadora, que há tempos fez de Campina Grande e sua Feira Central o eixo de seu interesse acadêmico e atuação apaixonada no domínio do patrimônio cultural.

Completa a instrução processual a visita que tive a oportunidade de fazer a Campina Grande por três dias (15 a 17 de setembro corrente), um dos quais de visita à Feira, em companhia da Dra. Marina Lacerda, pelo Iphan, da Dra. Giovanna Araújo, pela Coordenação do Dossiê e da Arquiteta Carla Moraes, Superintendente Regional do Iphan na Paraíba. Se não foi uma visita pautada por temas e dúvidas da minha agenda de relator – pois fui acolhido pela Secretária Municipal de Cultura (representando o Prefeito), Vereadores, componentes da força-tarefa da pesquisa, apoiadores da solicitação de registro e até mesmo por equipe da TV local – nem por isso a visita guiada, com *script* carregado e variado, impediu outros contatos interessantes e observações que, mesmo sem rigor metodológico e validade estatística, fundamentaram vários *insights* e caminhos de interpretação. No tempo restante em Campina Grande, tive a oportunidade de visitar o centro histórico (tombado pelo Estado em 2010,

englobando parcialmente a Feira no polígono de proteção) e pude me entreter (de novo sem rigor metodológico ou pretensões de maior alcance) com vários moradores ou prestadores de serviço, que abriram pista para algum acesso ao que subjaz implícito na Feira, sob a camada explícita visível e descritível do dito e do feito.

Como já disse, a boa qualidade do Dossiê de Registro e do Parecer da Coordenação de Registro fornece um repertório de dados e análises que encaminham motivos pelos quais sugerem o acolhimento do registro solicitado. Entretanto, ao invés de reapresentar tais informações e simplesmente reforçar as análises, somando-as aos dados que eu mesmo obtivera, decidi neles buscar uma estrutura que permitisse integrar e possivelmente explicar algo da diversidade de facetas e seus efeitos multiformes que sempre são notados quando se trata da Feira de Campina Grande. Em resumo, minha percepção, posteriormente confirmada, era que as forças que mantiveram a Feira viva e operante, embora cada vez mais diversas das que moldaram a sociedade de que ela fazia e ainda faz parte, deveriam dispor de uma lógica maior, estruturante, que não se dispersasse, como parecia, em lógicas segmentadas.

QUADRO DE SITUAÇÃO

Campina Grande surgiu de um aldeamento indígena induzido por um capitão-mor dono de gado, em 1697. Sua situação no Agreste paraibano, na parte oriental do Planalto da Borborema, caminho de passagem entre o litoral e o sertão, favoreceu a frequente presença de tropeiros, boiadeiros e viajantes de todas as origens, heranças culturais e motivações, que faziam parada na então Vila Nova da Rainha, criada em 1790, e já exercendo nítida vocação para intercâmbio e negócios. Costuma-se dizer, com razão, que as origens da Feira estão nas origens do próprio assentamento -- que se consolidará como cidade em 1864. O cultivo e exportação do algodão e conseqüente chegada do trem de ferro deram relevo internacional a Campina Grande, que se desenvolverá a olhos vistos, no que a feira a acompanhará. A primeira metade do século passado, principalmente as décadas de 1930 e 1940, será uma época de fausto para a Feira, mas também de crises associadas a projetos discutíveis de modernização

urbana, inspirados num falso descompasso desabonador entre tradição e progresso.

Hoje, num centro urbano de peso comercial, industrial, educacional, político, com população ultrapassando 400.000 almas, a Feira, embora mais reduzida em negócios, já garantiu há tempos estatuto oficioso de bem cultural, de interesse geral.

ABORDAGEM: "FEIRA TRADICIONAL"

O pedido de registro diz respeito ao que se convencionou especificar como feiras e mercados "tradicionais", tema em alta nos estudos acadêmicos em todo mundo, com vastíssima bibliografia disponível, inclusive relativa ao Brasil, especialmente ao Nordeste. Uma referência digna de menção são os trabalhos reunidos por Sergio Ferretti, *Reeducando o olhar*. Estudos sobre feiras e mercados. São Luís: Edições UFMA-PROIN-CS, 2000 e que, além de estudos de caso, inclui dois textos capitais: o do pioneiro Luiz Mott, com pistas para a pesquisa de campo de feiras e mercados, e o de Mundicarmo Ferretti sobre estudos e problemas das feiras nordestinas, traçando amplo painel historiográfico.

O adjetivo tradicional aqui indica não só longa duração e continuidades (mesmo que sujeitas a inevitáveis transformações), mas também diferenças e conflitos em relação à dinâmica acelerada, altamente intermediada e radical das sociedades complexas envolventes. Meu compromisso aqui, porém, não me obriga a analisar as relações entre a Feira e sua inserção no ambiente socioeconômico em si. Esta questão é importante, principalmente para as salvaguardas, mas os estudos feitos para a instrução do processo já apresentam uma moldura suficiente e me deixam livre para avaliar a qualificação da Feira como um fenômeno cultural com suficiente personalidade própria. Descartei, assim, discutir questões como a natureza do que costumamos chamar de cultura popular, folclore, formações arcaicas ou arcaizantes, sobrevivências culturais, anacronismos e semelhantes.

Onde a personalidade própria? Uma longa reflexão sobre o material da instrução do processo à minha disposição levou-me, para simplificar, a escolher como fundamento dessa tipologia de feiras e mercados tradicionais a noção de comunidade, pois elas se estruturam, organizam, funcionam e se transformam segundo padrões comunitários. Comunidade, numa conceituação sociológica elementar, pressupõe a existência do maior número de pessoas envolvidas numa relação cotidiana categorizada (um pouco limitadamente) como face-a-face. O caráter não (ou pouco) intermediado das relações – todos os tipos de relações – e a cotidianidade me pareceram guiar o caminho a ser seguido.

Mas qual a personalidade dessa Feira específica, entre um sem-número mundo afora, algumas originárias da Idade Média europeia, ou as várias centenas operantes e estudadas em nosso país, introduzidas desde os inícios da colonização, e, em especial aquelas que têm despertado a atenção dos ativistas culturais, como as feiras nordestinas, tal a de Caruaru, já registrada como patrimônio imaterial, ou as muitas outras que estão na fila dos pedidos de registro? Mais uma vez, para os fins específicos deste relatório, não julguei indispensável (ou viável) um estudo comparativo. Preferi levar em conta, mais que singularidades, a intensidade e consistência com que a Feira de Campina Grande tem funcionado dentro de padrões comunitários aptos a qualificá-la culturalmente, isto é, de fazer que tudo aquilo que uma feira faz seja feito com uma espécie de fermento que também faz crescer sentidos, significados e valores capazes de favorecer inteligibilidades, horizontes de reorganização simbólica dos diversos modos de ser humano, combustível para ações de todo tipo, inclusive na resistência a ameaças.

Para a busca de articulações considerei estratégico partir da aceitação da Feira de Campina Grande como um *fato econômico*. Mas fato econômico tal como ele opera nas sociedades comunitárias ou nos enclaves comunitários dentro de sociedades complexas.

Na comitiva de interessados no registro, que me guiou na visita à Feira, foi nítido o interesse em saber se eu privilegiaria no relatório o econômico ou o social (ou o cultural), na Feira, como se um devesse, por natureza, ~~excluir o~~ outro. Cultura não nega o econômico, nem vice-versa (nega, sim, os padrões e motivações do mercado econômico). A cultura, no universo dos sentidos e

valores, é uma dimensão de qualificação (diferencial) de qualquer domínio do social (como também do biológico e do psíquico).

No caso, vale a pena falar de economia embutida (*embedded*, como dizem os economistas substantivistas), isto é, não se trata de um domínio autônomo (como nas sociedades modernas), pois a autonomia se desfaz numa poderosa solidariedade: todos os domínios estão imbricados e se interpenetram: economia, religião (aliás, notei a falta de informação mais consistente que esperava sobre a presença deste domínio), família, política, ideologia e assim por diante.

Basta um exemplo para se dar conta da importância e extensão desta interpenetração *do e no* fato econômico. Assim, a família modula toda a ocupação espacial e operação da feira, desde a segmentação dos setores de vendas, até a garantia da sua própria continuidade -- pois é o berçário de novos feirantes ou artesãos, enculturados na suas práticas e saberes -- ou seu papel de vetor de comunicação e produtor e caixa de ressonância de eventos, movimentos, notícias, boatos, juízos...

Dispensar-me de fornecer mais dados desses imbricamentos, pois os mais significativos aparecerão com maior clareza a seguir dentro dos diversos tópicos selecionados.

COMPONENTES DO BEM EM EXAME

Para avaliar a teia de imbricações que a Feira provoca, como fato econômico embutido, próprio de uma formação social de baixa intermediação, procurei identificar componentes desse aglomerado. Além de listá-los, será necessário buscar também as articulações, pois simples justaposições pouco explicam.

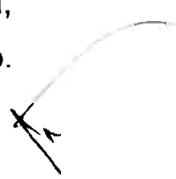
Os componentes de articulações que pude perceber são os seguintes:

“Tudo o que a Feira tem”

A visão dominante sobre a Feira, acima de qualquer outra, não só da parte dos feirantes, mas de entrevistados, pesquisadores, redes sociais, imprensa,

etc. é que a Feira poderia ser resumida numa frase: “onde de tudo se tem”. A existência de pelo menos 14 setores diversos para separar as especialidades dos produtos contribui para a impressão de escala. O Dossiê de Registro traz vários testemunhos, também presentes na documentação audiovisual. Num dos vídeos o tema ocupa quase toda duração da peça e se apresenta numa exibição de diversos produtos, em imagens rapidíssimas, quase se superpondo, destinadas a fornecer uma sensação de acúmulo e quantidade – como se a velocidade também fosse um atributo da Feira. No cativante Forró do Major Palito (uma das atrações da visita guiada), outro não era o tema, o que também ocorre na trilha sonora de mais um dos vídeos. Não foi exceção a inclusão também em vídeo do mais festejado cordelista, Manoel Martins (recém-falecido), recitando seus belos versos, que amostram a infinita diversidade dos produtos com que a Feira favorece qualquer escala de necessidade ou desejo.

Paradoxalmente, o que está verbalmente em causa nesse “tudo” são *coisas*. E isto poderia ser um problema para os critérios do patrimônio imaterial, que privilegia processos (pessoas em ação, dinâmicas sociais) e não produtos (as coisas). Mas, como não existem pessoas sem coisas, também não existem coisas sem pessoas; basta, portanto, eliminarmos nossa tendência de pensar com polaridades (como essa radical entre pessoas e coisas, que herdamos do Direito Romano) e aceitar o conceito hoje dominante no florescente campo de estudos da cultura material: o de “emaranhado” ou “teia” rizomórfica (*entanglement, meshwork*), isto é entrelaçamento, enredamento, armadilha viscosa que impede a fuga da coisa e da pessoa, obrigadas a interagir permanentemente, a produzir-se (no sentido social) mutuamente, em várias dimensões e combinações. Objetos não seriam o polo passivo, diante de sujeitos ativos, mas ambos se configuram na interação. Se separarmos pessoa e coisa, estaremos separando do mundo real o patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial. Laurajane Smith (*Uses of heritage*. London: Routledge, 2006: p.44-45), na esteira do geógrafo David C. Harvey, preocupada com o caráter de ação humana e agentividade das coisas no patrimônio cultural, diz que a palavra patrimônio deveria ser usada como verbo, não substantivo. Como verbo, sim, mas transitivo direto, aquele que demanda um objeto para completar seu sentido.



Na feira, entre muitos exemplos, são fabricadas coisas, como cestas feitas com pneus descartados, segundo ações, métodos e propósitos próprios, que inscrevem o processo na própria materialidade do produto, onde quase sempre eles podem ser lidos ou inferidos, parcial ou integralmente. Além disso, na própria feira eles podem ser reinseridos num novo contexto de uso, nova produção. Assim temos uma sequência de processos e produtos que não se excluem uns aos outros. Para dizer de outra forma: a distinção de processo e produto é de escala situacional e nunca de natureza excludente.

O paradoxo da totalidade das coisas também se desfaz quando levamos em conta não só o dito, mas também o feito. O que o dito "tudo" significa, ao examinarmos como ele se expressa nas práticas, é mais uma noção de *completude*, isto é, aquele horizonte atingível de vida, e não tanto um infundável rol de compras a fazer (ou possíveis de fazer). Aceno aqui à noção de completude com que Walter Benjamin, nas *Passagens*, trata de coleções e colecionadores, na busca de uma possível ou ilusória totalidade, com força para transcender o mero existir empírico, o mero valor de uso das coisas, para integrar num sistema novo (a coleção), com sua aspiração enciclopédica, cada item individual.

Essa totalidade, na Feira Central, equivale a um quadro global de vida, o quadro de referência das ações necessárias – não só para a atividade comercial -- mas ainda aquele das relações de mutualidade fecundante, do imaginário, das expectativas de mobilidade social, aquisição (e perda) de status, realização pessoal, familiar, material, política, gratificação e prazer e assim por diante, e também, finalmente, de limites.

Há uma imagem que me parece sintetizar a totalidade do "tudo" como metáfora de um quadro de vida. É a da Feira como casa. Paradoxalmente, não como símbolo, mas realidade vivida. Inúmeras evidências nas pesquisas apontam para casos de feirantes que saem de suas casas de madrugada, lá pelas 2 horas e só retornam após 8, 10 e, mesmo mais horas (salvo domingo). No depoimento de Seu André da Silva Oliveira, vendedor de hortifrutigranjeiros consta o reconhecimento explícito deste deslocamento de sede: "A Feira é minha casa", diz ele, sem rodeios. Com efeito, ele *habita* a Feira, ele *mora* nela. Pois morar ou habitar encerra três funções básicas: a permanência (a demora), a

relação intensa (*habeo*, em latim quer dizer “ter”, “dispor de”; acrescenta-se o sufixo “it”, que indica reiteração, intensidade) e, finalmente, a multiplicidade de funções num eixo de relações e contatos entre o público e o privado. A única função doméstica que parece exclusiva da casa privada é o repouso noturno (quanto ao refúgio da intimidade, faltam informações). Um velho ditado português (recolhido em 1721), diz que “em sua casa cada qual é rei” -- parece-me que para muitos dos envolvidos na produção da Feira de Campina Grande, ela é que é a arena desses jogos de poder familiar, de status profissional, de mobilidade social, de prestações exigíveis, em suma, das interações privilegiadas etc. A Feira é, sim, casa, a casa.

Alimento / alimentação

Desse “tudo que a feira tem”, as “coisas” mais relevantes integram o universo da alimentação, lugar de oferta de alimentos a preparar ou *in natura*, processados (inclusive industrialmente) ou prontos para consumo nos restaurantes e bares internos e nas margens próximas.

Há motivos para tal relevância, sem contar que a Feira de Campina Grande surgiu, como foi dito, do oferecimento de alimentação como parte da pousada e condições de trocas e continuidade de ofício a tropeiros e viajantes que cruzavam a Borborema. A alimentação é condição insubstituível da subsistência – e quando abre outros campos de atuação há sempre efeitos de eficácia redobrada.

Por sua presença capilar em tantos quadrantes da vida a alimentação é um dos mais importantes vetores de conhecimento de uma sociedade ou grupo social, permitindo observar relações entre público e privado, padrões de sociabilidade, solidariedade, competição, critérios de julgamento (moral, estético, nutricional, de gosto), vetores de inclusão, exclusão e classificações étnicas e sociais, etiquetas, administração do tempo e do espaço e muito mais ainda. Por essa onipresença a alimentação tem sido correntemente utilizada como um dos emblemas de culturas, tal qual um resumo enciclopédico. Daí a constituição, já há tempos, de um ramo de atuação nas agências de preservação, de um *patrimônio* chamado de *gastronômico*. “Identidades

comestíveis” é o sugestivo título de uma importante coletânea recente de reflexões sobre este patrimônio cultural (Ronda Brulotte & Michael Di Giovine, orgs., *Edible identities. Food as cultural heritage*. London: Routledge, 2016). Comer patrimônio cultural, sem dúvida, pode ser uma forma intensa e multifacetada de fruição, pois implica em participação, experiência – mas ainda é incompleta.

Ocorre, assim, que dessa riqueza toda da alimentação, é o alimento em si que se sobressai, a coisa apenas, somente parte do "tudo". A propósito, é minha obrigação salientar que a Câmara do Patrimônio Imaterial do Iphan tem trabalhado na direção certa, com categorias como sistemas agroalimentares, sistemas culinários, ofícios e modos tradicionais de produção do alimento, com todas as suas implicações, práticas e representações.

O consumidor da feira, se habitante clientelizado, pode participar de uma porção dessa rede de liames e significações. O essencial, porém, permanece subjacente e invisível ou, na melhor das hipóteses, disperso. Um Museu da Feira poderia tornar perceptível um pouco desse mundo de conteúdos escondidos, mas atuantes em múltiplas redes entrelaçadas.

Noto de passagem que, enquanto a alimentação for reduzida ao alimento, nas atribuições de valor cultural, a “coisa” que se consome, vai estar associada ao carimbo de “típico”, enganoso porque faz crer numa falsa integridade e impossível imutabilidade que não existe no mundo real. Pode-se dizer que o típico é a redução à coisa sem pessoas. Muitos estudos de artesanato, por exemplo, revelam como é frequente que artesãos atendam à demanda de tipicidade imposta pelo mercado do turismo cultural mas, para seu próprio uso, submetem-se às transformações e adaptações inevitáveis. (Seria interessante, a propósito, pesquisar a alimentação privada dos feirantes, para saber se na sua casa-refúgio eles não estariam se cevando de *fast food*).

A expressão “comida regional”, que vi felizmente ser mais utilizada em Campina Grande do que “comida típica” atenua um pouco os efeitos do típico, por lembrar que o espaço de raiz é que é relevante para unificar a rede de relações. O restaurante Bodódromo, a que fui apresentado (externo à feira) e em que se exploram até os saltos do bode, não deixa de privilegiar a coisa, a comida

feita, mas se apresenta como casa de comida regional, mantendo vínculos com o território, tenuamente perceptíveis -- embora perceptíveis por quem tiver a sensibilidade requerida --, mas pode funcionar como semente de promessas futuras. Julgo impossível, ou improvável, um restaurante desses fora de seus espaços de raiz.

Espaço

Somente o espaço, pois, é capaz de integrar a multiplicidade de facetas que a Feira comporta (daí o acerto de considerá-la forçosamente um "lugar").

Ao longo de sua história a Feira mudou de assentamento e contou com várias configurações espaciais de historicidade diversa (bem descritas no Dossiê.). Na configuração atual já completou 70 anos e se apropriou do espaço público, ocupando o leito de três ruas paralelas, mais uma em diagonal, unidas por três ruas ou ruelas transversais. Trata-se de uma ampla extensão ao ar livre, com alguns trechos protegidos por cobertura um tanto precária e tendo, ainda, no centro da mancha, um grande galpão com teto metálico, alegadamente por exigência, justamente, de alguns outros dispositivos (ladrilhos, pisos, acesso à eletricidade) na preservação das carnes.

O fato de artérias públicas serem assim imobilizadas quase permanentemente (exceção básica aos domingos, quando, aliás, funciona uma feira alternativa, a Feira da Prata, no modelo de mercado público) constitui sem dúvida um problema a ser discutido nas salvaguardas.

Dois propriedades me pareceram dignas de menção nesse arranjo, pois, a meu ver, são produzidas ou facilitadas por certos comportamentos e práticas, ao mesmo tempo que intervêm na indução destes mesmos comportamentos e práticas. Trata-se da extensibilidade e da nucleação. A extensibilidade caracteriza este espaço sem barreiras fixas, portanto passível de extensão (e, eventualmente, também, de retrações, como observei nas franjas, p.ex., na Rua Boa, do meretrício). A extensibilidade pressupõe espaço dotado de força centrípeta, gravitacional, que convida à ocupação. Não obstante, tem que haver limites, sim, como no "tudo" que a Feira de Campina Grande tem (para retomar o mote). Numa sociedade ou grupo de tipo comunitário, as relações face-a-face se diluiriam se o espaço fosse indefinidamente ampliado ou ampliável. A

segunda propriedade do espaço confirma esta relação: trata-se do caráter nucleado, compacto, característico daquilo que os especialistas chamam de horror ao vácuo: com efeito, como pode manter-se o padrão face-a-face e favorecer o “estar juntos” num espaço descontínuo, capaz de esgarçar as relações?

Espaço público: espaço de corpos

Falar de espaço público é falar de espaço de corpos, já que, como notam as geógrafas Ana Fani A. Carlos e Amália I.G. Lemos (*Dilemas urbanos. Novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003), não se pode esquecer a função de mediação social do corpo no espaço.

Refiro-me ao “estar juntos”, à convivialidade a que a relação face-a-face convida. Convivialidade é um neologismo derivado do inglês, em circulação em francês no s. XIX pelo escritor e gourmet Brillat-Savarin, o que já nos remete ao vocábulo latino de que deriva, *convivium*, que significa banquete, festividade, celebração, boa companhia: já se vê que estamos no clima da Feira.

Quem deu à convivialidade presença nas ciências sociais foi o filósofo e pedagogo franco-croata Ivan Illich, autor de uma crítica radical, embora por vezes utópica, à sociedade industrial, à ordem capitalista. Diz ele: “A convivialidade é o inverso da produtividade industrial, que produz servidão. É pela convivialidade que utensílios conviviais (meios técnicos, instituições) comprometidos com as necessidades e interesses humanos tornam possível a humanização das sociedades” (*Tools for conviviality*. N.Y.: Harper & Row, 1975). Parece que ele estava falando de nossa Feira.

A relevância da corporalidade para apreensão da Feira tem a ver com a multiplicidade e intensidade dos estímulos sensoriais. É corrente celebrar os cheiros, as cores, as texturas, os sabores que ela exhibe. Além da sensação prazerosa que suscita fruição, ao mesmo tempo que pode induzir ao consumo, é preciso ir além do pitoresco e procurar explorar seu potencial diagnóstico para entender legítimos padrões de comportamento comunitário. E, por decorrência,

impedir, na discussão das salvaguardas, que medidas absolutamente necessárias de segurança e saneamento se transformem em camisas de força simplesmente modernizantes, moralizantes ou higienistas.

O grande papel da percepção sensorial está relacionado diretamente com o desejo de transparência, de contatos diretos, sem mediações que possam gerar incerteza e desconforto. Quando Manuel Batata informa, num folheto com sua biografia de feirante por mais de meio século, que, para fixar o preço de uma vaca, era indispensável avaliar seu pelo, portanto visualmente ou pelo tato, seu negócio apela diretamente aos sentidos, sem intermediações. É de mesma origem a insistência dos feirantes em poder comercializar animais vivos (aves e animais de pequeno porte, mas também eventualmente montarias), apesar de restrições das autoridades públicas – com as quais ainda não se chegou a um acordo satisfatório; problema diverso do de animais silvestres vendidos à revelia do IBAMA).

A sempre lembrada Revolta do Quebra-quilos (1874), quando feirantes, para protestar contra a introdução forçada de novos padrões métricos de pesos e medidas, puseram-se a destruir balanças, pode ser lida como uma reação dos hábitos sensoriais de medir com referências que os sentidos poderiam controlar, sem intermediações abstratas: palmos, polegadas, assim como cestos, sacos, bacias, pencas, cachos. O *sensorium* completo (os cinco sentidos em interação) é mobilizado para avaliação da qualidade pelas propriedades organolépticas dos alimentos, isto é, aquelas propriedades sensíveis que indicam condição de consumo.

Na Feira, lugar do fazer e do saber-fazer, impera um “turbilhão de técnicas tradicionais” (Dossiê, p.65): nessa diversidade, o que há de comum, o que explica as escolhas? É o conhecimento empírico direto, obrigatoriamente sensorial, derivado da própria coisa, dispensando mediações de bula ou informações de embalagem. No universo do artesanato, no vídeo já referido da reciclagem de pneus em sacolas de feira, tal conhecimento permite a exploração do artefato até o esgotamento total de seu valor de uso, seguido da ressurreição garantida pelo corpo do artesão arqueando-se e se movendo quase que por um rápido automatismo que orienta os pés como apoio e as mãos como agentes, sem um deslize sequer, contando com auxílio externo apenas de um martelo,

pregos e uma lâmina, para recortar as bordas do pneu extinto, deixando duas alças, e vedar o orifício central – sem esquecer os círculos perfeitamente concêntricos da decoração com as cabeças do mesmo prego que assegura o implante. O conhecimento de todas as propriedades empíricas dos materiais e o alcance e limites da corporalidade são uma das matrizes da multiplicidade.

Os especialistas criaram o termo “paisagem sonora” (*soundscape*) para designar um repositório condensado de significados sociais dos sons. Assim, por exemplo, o levantamento de hábitos de ouvir, em situações cotidianas, espaços abertos e de trabalho como na Feira, tem identificado “surdez social”, na presença de hipersensibilidade e rejeição a ruídos como marca de autoritarismo e de forte classificação social – o padrão de nossa Feira, coerentemente, revela grande teor de tolerância em meio ao borborinho. Caso contrário, o “estar juntos” face-a-face seria inviável ou irrelevante.

No “estar juntos” da Feira, o tato desempenha papel crucial, pois sendo vetor do contato corporal, regula as distâncias que a proxêmica (a disciplina que estuda a dimensão espacial dos comportamentos culturais) define como íntima, pessoal ou social, categorizadas por critérios de admissibilidade, negação ou indiferença: é o corpo como transmissor de mensagens sobre si mesmo.

Sons das palavras, visão do gestual, contatos, controle pelo paladar, visão e olfato são os ingredientes que caracterizam o processo de negociação nas trocas que fazem a vida da Feira no dia a dia. Estes exemplos avulsos pretendem apenas chamar a atenção para necessidade de levantamentos sistemáticos dos padrões socioculturais da percepção sensorial e seus efeitos.

ANEXOS: ESPETÁCULO OU CELEBRAÇÃO?

Anexo? Manifestações culturais que ornamentam a Feira, realçando seu tom cultural? Não, não é preciso dourar a pílula para que seu princípio ativo faça efeito. Pelo que pude ver, de uma brevíssima visita (apresentações de capoeira infantil, de violeiros repentistas e emboladores de coco, de forrozeiros, de teatro

mambembe), não se trata de recurso publicitário, embora não deixem de provocar atração. Mas são parte do “estar juntos”: eles atraem tanto quanto são atraídos. Trata-se, sim, de espetáculos, mas no limiar das celebrações, que exigem interlocução ativa, da qual percebi vários sinais (participação nas cantorias, expressões e gestos de empatia). Tais manifestações têm, sim, um componente de espetáculo, mas mesmo assim, por dispensarem, por exemplo, espaços funcionalmente adaptados, podem qualificar quaisquer espaços de atividades cotidianas da feira, em proximidade corporal que induz a várias modalidades de participação.

Ao final de uma das “manifestações culturais”, um bêbado que perambulava pela Feira e se sentou ao meu lado, abriu um sorriso e disse na voz pastosa dos bêbados, pela qual muitas vezes se desvelam verdades profundas: “Isso é que é cultura!”. Não ousou imaginar o que ele pensasse ser cultura nem o que fosse “isso” e muito menos se ele considerava a feira patrimônio cultural imaterial. Tenho certeza, porém, de que sua fala expressava uma sensação de prazer e orgulho: afinal, ele estava tendo acesso pessoal e direto a um bem, isto é, algo bom – ainda que tome de empréstimo aos especialistas, para reforço de reconhecimento, termo que Manuela Carneiro da Cunha transcreve entre aspas – “cultura”, para distinguir da cultura vivida no seu próprio fluxo. Meu interlocutor já estava contaminado pela metalinguagem.

VOTO

Justificativas do pedido de registro

As normas vigentes impõem requisitos formais que, como já se informou, foram examinados pela Procuradoria Federal junto ao IPHAN e considerados cumpridos. Aqui, para julgamento de mérito, retomo as duas principais exigências do ponto de vista apenas de seu papel cultural: memória e identidade.

Embora tenha contado com pouquíssima informação que poderia fornecer pistas a respeito do peso da memória, o exame de declarações avulsas lidas ou ouvidas, deixou-me a impressão (e falo só de impressão), nos seus conteúdos

mnemônicos, de certo domínio da objetividade sobre a subjetividade na memória narrativa (a chamada “memória sobre”, não a “experiencial”, a “memória de”), mesmo quando se falava de mudanças negativas vividas, ou substanciais alterações de ramo de atividades. Na biografia já citada que me caiu às mãos (Manuel Batata), há um impressionante repertório de nomes, setores, produtos, preços detalhadíssimos – e nenhuma visão de mundo ou rastro de valores e subjetividade, etc. A emoção, cuja presença, todavia, não se pode negar, parece merecedora de discrição. Mas há exceções significativas, a principal delas referente à longevidade do trabalho na Feira, tanto por contar nos processos internos de mobilidade social e prestígio, quanto por seu potencial precioso como argumento para resistir a pressões indevidas e alimentar a luta política em geral. Surpreendentemente, outra exceção, é a presença de conteúdos afetivos da memória narrativa de homens de meia idade, que pude perceber em recordações dos bons tempos do Cassino Eldorado, belo edifício *art déco*, hoje em ruína quase irrecuperável e emblema do lazer elegante, lícito e ilícito, que mantinha relações espaciais e afetivas com o mundo da Feira.

No entanto, a memória pragmática, a memória que conduz à ação, essa tem aqui peso extraordinário, pois ela é que caracteriza a dimensão ritual dos gestos e das palavras, do saber fazer e da continuidade mesma da própria feira, como vetor de transmissão geracional. Nesse sentido, a memória corporal é o eixo que faz a Feira funcionar e continuar funcionando. Por isso, não sei se vale a pena caracterizar a Feira Central de Campina Grande como um “lugar de memória” (ao menos se nos ativermos ao que pensa o criador da expressão, hoje tão banalizada, o historiador francês Pierre Nora. Acredito melhor tomá-la como um precioso exemplo de “meio de memória”. Meio de memória, “milieu de mémoire” em francês, é um jogo de palavras com “lieu de mémoire” (lugar de memória) de que se vale Nora para distinguir precisamente uma memória comunitária, memória em ação, viva, ritualizada, a memória que celebra o vivido, mas cujo desaparecimento vem sendo compensado por uma memória vicária, substitutiva, fora dos sujeitos, externalizada e concentrada em espaços, coisas, pessoas, práticas simbólicas.

Há ainda um outro aspecto, que reputo do maior interesse, fruto da memória comunitária. A manutenção do padrão face-a-face, com a redução ao mínimo

possível das mediações, ao favorecer o contato direto com o mundo das coisas e das pessoas elimina a alienação da mercadoria – que é uma perda da memória de sua produção. Richard Terdiman, que tem estudado a crise da memória na modernidade, diz que, “para entender o que produzimos, temos que ser capazes de lembrá-lo. Porque as mercadorias suprimem a memória de seu próprio processo, elas subvertem ou violam esta premissa fundamental da economia mnemônica” (*Present past. Modernity and the memory crisis*. Ithaca: Cornell University Press, 1993: p.12). Em outras palavras, aquela alienação da mercadoria, já diagnosticada por Marx, que mascara o trabalho e condições de produção, impedindo a justa fixação do valor de troca, é uma forma de amnésia. Na Feira de Campina Grande, a memória garante transparência – inclusive para identificar o que já se contaminou como só mercadoria.

Quanto à identidade, estão presentes na documentação disponível indícios de um forte sentimento de pertença, partilhado tanto por feirantes, quanto por fregueses e por apoiadores do registro, autoridades públicas, pesquisadoras, entidades culturais, pesquisadores.

A declaração de amor a seu ofício na Feira é corriqueira. Todavia, tomei como ilustração exemplar da força identitária a composição de Gordurinha, interpretada em cd por Ary Lobo: “Vendedor de caranguejo”, o feirante anônimo que, depois de décadas de trabalho que renderam a criação dos filhos e lhe permitiriam, agora, descansar, continua “fedendo a caranguejo”, mesmo sem precisar. Seguramente não se trata de inércia, mas da necessidade de continuar uma forma de viver que não era apenas um ganha-pão, mas um modo de integrar-se à grande constelação da Feira, fonte de algum sentido na vida rica de significados de algo maior de que ele participa. A Feira é, sim oportunidade de autoestima também para o cidadão de Campina Grande, disputando com “o maior São João do mundo” o lugar de referência emblemática da cidade (a Feira tem bem mais elementos para primazia, estou certo, mas não vejo propósito na competição).

“A feira precisa ser lembrada nacionalmente”. Esta fala do Administrador da Feira mostra que a identidade como fator de autoestima e a reivindicação de reconhecimento externo é o principal propósito, e propósito legítimo, do pedido



de registro, muito certamente como reforço para garantir a continuidade da Feira e cacifá-la nas negociações de salvaguarda.

Acrescento uma justificativa a mais do enorme interesse que a Feira desperta em quem procura conhecê-la. Eu a considero uma daquelas realidades que Lévi-Strauss, eliminando qualquer utilitarismo, considerava importante como “boa para pensar”. Creio firmemente que ela seja uma boa oportunidade para repensar polaridades daninhas que perturbam o campo do patrimônio cultural, como material/imaterial, pessoas/coisas, processos/ produtos, distância entre cultura vivida e patrimônio instituído, patrimônio vivo / patrimônio morto. Esta última polaridade me parece perversa, pois se o patrimônio construído for um patrimônio morto, as agências de preservação há muito tempo têm praticado a necrofilia – e isso não é bom. Nem verdadeiro, porque as raízes do valor cultural são comuns e qualificam uma mesma vida.

Enfim é preciso dizer alguma coisa sobre a modalidade da fruição a que a feira se presta. O paradigma usual de fruição do patrimônio cultural é o da observação e contemplação. Já o que a feira oferece de melhor é um tipo de relações entre as pessoas e entre as pessoas e as coisas na escala de um modo de vida – e que pode ser experimentado. Não quer dizer que se deva ou mesmo possa aderir a esse modo de vida, tão diferente do que ocorre em nossas sociedades intermediadas, ainda que isso fosse factível na integridade de um padrão comunitário. O que se deve, porém, assinalar é esse potencial de fruição por experiência disponível na feira. Modos de vida, afinal, não são passíveis de circulação como coisas ou prática isoladas, mas podem ser “convividos”. (Aliás, se fosse necessário um *slogan* para a Feira, talvez pudesse ser: “Aqui, a melhor oferta é estar juntos”). Além disso, o paradigma experiencial não elimina a observação, que pode enriquecer-se como observação participante.

Salvaguardas

Não há dúvida de que o foco central das preocupações relativas às salvaguardas são as “constantes ações políticas locais que objetivam, com pouca ou nenhuma participação de seus fazedores (feirantes e fregueses) a sua

'revitalização' ou a sua remoção do local atual para outro espaço da cidade" (Parecer da Coordenação de Registro, fls. 692).

O projeto de revitalização urbana que foi constatado durante estudos da poligonal do tombamento estadual do centro histórico de Campina Grande em 2010 – e felizmente rejeitado -- me pareceu ter muitos traços de uma ingênua ideologia do novo como valor em si, paradoxalmente privilegiando a mesmice da homogeneização da vida urbana segundo modelos mais adaptados à busca de aparência que de qualidade de vida. A Oficina Participava que permitiu em 2013 a retomada da instrução do registro trouxe, felizmente, a comunidade local para dentro da arena das discussões. Seria ocioso insistir na necessidade de obrigatoriamente incluir os interesses, os critérios e a presença de quem faz a feira em todos os debates, projetos e intervenções pertinentes a seu futuro.

Um julgamento criterioso facilmente captaria o quanto a Feira foi capaz de injetar benefícios à cidade de Campina Grande, ao invés de supostamente opor-se a seu futuro. Uma amostra pode ser encontrada na identificação das qualidades estéticas trazidas à paisagem urbana de Campina Grande pelos atributos morfológicos da Feira, apontados pelo Dossiê de Registro (p.81-2).

O partido que escolhi para minha análise da Feira se destinava a contribuir para entender, mais que perceber, a diferença entre modos de vida em fricção a partir da visão da Feira e suas qualidades capazes de revitalizar muito da vida em Campina Grande, independentemente de graves problemas, principalmente de higiene e segurança, que precisam ser enquadrados sob ótica que exclua a recusa da diferença apenas por ser diferente.

Não se negam tais graves problemas, mas para solucioná-los não se pode jogar fora o bebê com a água do banho. Reproduzo aqui, resumidamente, as principais propostas elencadas no Dossiê de Registro e que incluem os principais problemas e recomendam cautela no seu encaminhamento (fls. 94 a 96):

- a) organização da coleta do lixo e ações de engenharia sanitária
 - b) requalificação dos banheiros públicos existentes e instalação de novos,
 - c) pontos policiais no recinto da Feira,
 - d) solução do problema da compra e venda de animais vivos,
- 

- e) intervenções espaciais que evidenciem e incentivem as práticas da culinária local,
- f) o mesmo com relação às atividades artísticas e culturais praticadas na Feira,
- g) medidas relativas ao estado precário do Cassino Eldorado (inclui proposta de um Museu do Bordel; pessoalmente acredito impróprio autonomizar o tema, ao invés de tratá-lo mais decorosamente integrado ao “tudo” da Feira, num Museu da Feira), recuperação do edifício Pau do Meio (também há proposta de um Museu do Cordel) e do Mercado Público.
- h) aproveitamento museográfico da contribuição do inventário das referências culturais / INRC e do Dossiê de Registro,
- i) ações de educação patrimonial.

CONCLUSÃO

Por último, uma palavra sobre a questão da escala de valor em que se situaria a Feira, em relação ao âmbito nacional. Bastaria indicar a repercussão que a Feira exerce no fluxo turístico do Nordeste e mesmo do restante do país, o tratamento lhe é concedido pelos meios de comunicação, sua presença em obras de arte (cinema, música, literatura, iconografia), a abundância e qualidade das publicações e pesquisas acadêmicas que ela motivou, para reconhecer seu alcance nacional.

Apesar dessas garantias, considero haver ainda justificção maior: o enorme potencial dialógico da feira, sua capacidade de provocar interlocução, de promover não apenas uma justaposição de diversidades (como é de regra no entendimento corrente do que seja um multiculturalismo apenas tolerante ou anestésico) mas ainda a oportunidade de transformação mútua. Não é possível que um contato menos superficial com uma realidade tão rica de facetas e densa de significados para as interações humanas não deixe rastros mútuos. Apelo a

uma declaração de Fernand Braudel (Journées F. Braudel / Châteaувallon, outubro 1985, *Une leçon d'histoire de F. Braudel*. Paris: Arthaud, 1986: op.203), o grande historiador francês do século passado, que viveu vários anos no Brasil, participando do parto da Universidade de São Paulo: "Tornei-me inteligente no Brasil. O que tive diante dos olhos era um tal espetáculo de história e de gentileza social que compreendi a vida de outra maneira".

Diante de todo o exposto, acredito que não são necessárias outras considerações para propor a aceitação do pedido de registro da Feira Central de Campina Grande, PB como patrimônio cultural do Brasil e sua inscrição no Livro de Lugares. Assim, podemos todos fazer da diferença um espelho capaz de projetar luz inteligente sobre nossas próprias formas de existir e de agir, como aconteceu com Lévi-Strauss.


ULPIANO T. BEZERRA DE MENESES
Conselheiro

Brasília, 27 de setembro de 20017.

